

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO DO CPC 01 EM UMA EMPRESA DE ARTEFATOS DE CONCRETO

Autores	Filiação	Email
Guilherme Teodoro Garbrecht	UNINTER	guilherme_garbrecht@hotmail.com
Thiago Miknas	UNINTER	mmiknas@hotmail.com
Guilherme Augusto Romero	UNINTER	faria_guilherme@hotmail.com
Rafael Luiz Santos	UNINTER	rafinhacfc@hotmail.com

Direitos de cópia - creative commons.

Recebido em: 27/10/2013

Aprovado em: 27/11/2013

Disponibilização no site

Páginas: 178-192

ID do artigo 1702

Editor Científico: Prof. Dr. Osni Hoss, Ph.D.

RESUMO

A Contabilidade Brasileira passou por uma transformação ao adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, e, dentre as novas normas editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, encontra-se o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. O presente trabalho objetivou aplicar o CPC 01 em uma indústria de artefatos de concreto, analisando as dificuldades para a implantação da metodologia do Teste de Recuperabilidade. Após os testes e a mensuração do valor de venda e o valor em uso, considerou-se que não há necessidade do registro de provisão para perdas com valores recuperáveis, pois o valor em uso (valor dos fluxos de caixa gerados pelo ativos) é maior que o valor contábil líquido dos ativos. Como dificuldades encontradas na aplicação do teste pode-se citar: (i) Contabilidade terceirizada; (ii) dificuldade na obtenção do valor de venda dos bens; e (iii) falta de projeções dos resultados da empresa.

Palavras-chave: Teste de Recuperabilidade; Teste de *Impairment*; CPC 01.

IMPAIRMENT FO ASSETS: CASE STUDY OF THE APPLICATION OF CPC 01 IN A COMPANY ARTIFACT CONCRETE

ABSTRACT

The Brazilian Accounting underwent a transformation to adopt the International Accounting Standards, and among the new rules issued by the Accounting Pronouncements Committee, is the CPC 01 - Impairment of Assets. This study aimed to apply the CPC 01 in an industry of concrete, analyzing the difficulties in deploying the methodology of testing recoverability. After testing and measurement of the selling price and value in use, it was considered that there is no need to record a provision for losses recoverable amounts, because the value in use (value of cash flows generated

by assets) is greater than the net book value of assets. As difficulties encountered in the application of the test can be cited: (i) Outsourced Accounting, (ii) difficulty in getting the sale value of the goods, and (iii) lack of projections of business results.

Key-words: Recoverability test; Impairment Test; CPC 01

1 INTRODUÇÃO

A edição da Lei nº 11.638/2007 iniciou a adequação da Contabilidade Brasileira para as Normas Internacionais e o Valor Recuperável de Ativos foi um dos conceitos introduzidos pelas novas normas. O CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos foi editado para esclarecer e disciplinar o seu uso na Contabilidade Brasileira, sendo aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.292/10 (NBC TG 01), pela Deliberação nº 639/10 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Resolução nº 3566/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN), pela Circular nº 424/11 da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Instrução Normativa nº 37/09 da Agência Nacional de Saúde (ANS).

O objetivo do pronunciamento CPC 01, emitido em 6 de Agosto de 2010, é estabelecer procedimentos contábeis para assegurar que um ativo não esteja registrado por um valor que exceda seu valor de recuperação. Para o reconhecimento de uma perda, é necessário a aplicação do Teste de Redução ao Valor Recuperável, denominado em inglês *Impairment Test*.

O CPC 01, em seu item 2, disciplina a contabilização do ajuste para perdas por desvalorização para todos os ativos, mas, enumera uma lista de exceções, como estoques, ativos advindos de contratos de construção, ativos fiscais diferidos, etc. Em relação ao Teste de Redução do Valor Recuperável, Ludícibus *et al.* (2010, p. 235) explicam que “... este teste se obriga, pela doutrina contábil, ser feito para todos os ativos, sem exceção alguma”, embora isso não ocorra, tendo normalmente o ativo imobilizado como foco principal.

O objetivo geral do presente artigo consiste em aplicar o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos em uma indústria de artefatos de concreto, analisando as dificuldades para a aplicação da referida Norma Contábil nos bens do Ativo Imobilizado.

O presente trabalho justifica-se em indústrias de artefatos de concretos por ser o grupo do Ativo Imobilizado uma parte fundamental para a operacionalização do negócio, constituindo-se em um dos maiores grupos do Ativo, apresentando a utilização dos mesmos por um longo período, e, portanto, a mensuração do valor recuperável torna-se de extrema importância, pois quando não feita ou ainda quando feita de forma incorreta, a empresa pode demonstrar resultados errados, que acabam por não trazer o valor correto dos seus ativos, influenciando nas decisões dos diversos usuários da Contabilidade.

Além da primeira seção que corresponde a esta introdução, o trabalho também está estruturado com o referencial teórico, apresentado na segunda seção, que aborda conceitos do Teste de Redução ao Valor Recuperável e relaciona estudos publicados em periódicos nacionais sobre o tema. Na terceira seção são relacionados os aspectos metodológicos. Os resultados da pesquisa são evidenciados na quarta seção e, na quinta seção, as considerações finais, bem como sugestões para novas pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desenvolvida compõe-se dos principais conceitos sobre Redução ao Valor Recuperável de ativos, além de trabalhos publicados nos principais periódicos nacionais sobre o tema.

2.1 Conceitos de Redução ao Valor Recuperável

O objetivo do pronunciamento CPC 01, emitido em 6 de Agosto de 2010, é estabelecer procedimentos contábeis para assegurar que um ativo não esteja registrado por um valor que exceda seu valor de recuperação.

O valor contábil do ativo deve ser confrontado com o seu valor recuperável e, sempre que este for menor, deve-se reconhecer a perda por desvalorização verificando a diferença entre os dois. O valor recuperável como definido no item 5 do CPC 01, é “o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso”. Por sua vez o valor em uso corresponde ao valor presente de fluxos de caixa futuros estimados.

Para identificar a existência de ativos desvalorizados, é necessário que a entidade faça, a verificação de perda de representação econômica em seu conjunto de ativos. Caso o fato seja verificado, por meio do Teste de *Impairment* ou Teste de Recuperabilidade, a entidade deve então contabilizar a eventual desvalorização dos ativos descritos.

A seguir relaciona-se os principais conceitos relacionados ao tema:

Valor Contábil Líquido: é o valor que consta para os ativos no Balanço Patrimonial, líquido de todas as subtrações que possa haver. Para Ernst Young e FIECAFI (2010, p. 348), “é o valor pelo qual o ativo está registrado na contabilidade, líquido da depreciação acumulada e das provisões para perdas registradas para esse ativo”.

Valor Recuperável: Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011, p. 176) explicam que “para determinar o valor recuperável de um ativo se faz necessário a determinação do valor líquido de venda desse ativo e o seu valor em uso”.

Valor Justo Líquido de Despesas de Vendas: segundo o CPC 01, no seu item 4, o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas. O valor deve ser considerado líquido de todas as despesas necessárias para sua venda, como impostos, fretes, comissões, etc.

Valor em Uso: O valor em uso de um ativo, conforme CPC 01, item 28, pode ser determinado levando-se em consideração alguns fatores, tais como:

- Estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
- Expectativas sobre possíveis variações no montante ou período desses fluxos de caixa futuros;
- O valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco;
- O preço decorrente da incerteza inerente ao ativo;
- Outros fatores, como falta de liquidez, que participantes do mercado considerariam ao determinar os fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com o ativo; e
- Estimar futuras entradas e saídas de caixa decorrente de uso contínuo de ativo e sua baixa no final, e aplicar taxa de desconto adequada a esses fluxos de caixa

futuros.

Fluxos de Caixa Futuros: de acordo com o CPC 01, item 42, “fluxos de caixa futuros devem ser emitidos para o ativo em sua condição atual. As estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir futuras entradas ou saídas de caixas previstas”.

Unidade Geradora de Caixa (UGC): para Lagioia (2011, p. 39), “A UGC é o menor grupo de ativos que gera entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos”.

Quando houver uma indicação que um ativo está desvalorizado o seu valor recuperável terá que ser estimado por meio de cálculos, sendo que cada um deles deverá ser feito individualmente para cada ativo. Em situações em que não se consiga fazer, deverá determinar o valor recuperável para uma UGC. A UGC deve ser determinada quando vários ativos sozinhos não conseguem gerar fluxo de caixa.

Quando Deve ser Efetuado o Teste

O CPC 01, no seu item 9, esclarece que: “Independente de existir ou não qualquer indicação de redução do valor recuperável, uma entidade deverá: testar no mínimo anualmente, a redução no valor recuperável de um ativo”. O teste tem que ser feito anualmente, para justamente que a corporação consiga detectar uma redução de um valor recuperável de um ativo, ou não. De toda forma a empresa terá que aplicar o teste de *impairment*. O CPC 01 determina que as empresas devem sempre avaliar um ativo ao final de cada exercício social, e nesse caso, se o ativo estiver reconhecido por um valor acima do seu valor recuperável deverá ser apropriado o valor justo do bem.

2.2 Reconhecimento da Perda por Desvalorização

De acordo com o CPC 01, item 57, “a perda por desvalorização só pode ser reconhecida se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for menor que o seu valor contábil. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo e deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período”.

2.3 Pesquisas em Periódicos Nacionais

Para analisar as pesquisas nacionais sobre a redução ao valor recuperável de ativos, foram pesquisados os periódicos constantes na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo do Qualis Capes, classificados de A1 a B5. Foram acessados os sites dos periódicos e realizadas buscas com as palavras-chaves: teste de recuperabilidade; teste de *impairment*; valor recuperável; e CPC 01. Foram pesquisados 44 periódicos e analisados 15 artigos que trabalharam o tema.

Santos, Machado e Schmidt (2003) objetivaram apresentar os principais conceitos utilizados nas normas emitidas pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) referentes ao teste de *impairment*. Os autores evidenciaram que as normas norte-americanas determinam o reconhecimento da perda de valor recuperável do ativo, que deve ser o valor detectado no teste de *impairment*. A norma SFAS nº 144 busca orientar a realização do teste por meio de exemplos explicativos, funcionando dessa forma como um guia.

Em pesquisa realizada junto a periódicos de língua inglesa, a partir do ano de 2000, Zandonai e Borba (2009) buscaram analisar os artigos de natureza empírica que trataram do tema. Foram encontrados 62 artigos científicos, mas, apenas 13 artigos foram analisados por serem considerados artigos científicos e com abordagem

empírica. Zandonai e Borba (2009) consideram que embora as normas sobre o *impairment* já se encontram em vigor a mais tempo nos países pesquisados, as pesquisas ainda mostram-se incipientes. Nos artigos relacionados pelos autores, a abordagem predominante foi o *goodwill*.

No Brasil, Reimann e Schmidt (2010) também analisaram o *goodwill*, buscando descrever o processo de mensuração do *goodwill* e também a aplicação do teste de recuperabilidade. Os autores concluem que se constitui em uma vantagem na combinação de negócios, a segregação do valor pago a mais, diretamente nos bens. O investimento na segregação do valor pago a mais poderá significar menores perdas ou gastos no futuros.

Raupp e Beuren (2009) analisaram o processo de mensuração de ativos imobilizados tendo por base a integração do *fair value* e do *impairment test*. Após pesquisa bibliográfica os autores propuseram uma configuração de integração entre os dois, simulando uma situação de mensuração de um item do ativo imobilizado, elucidando com valores numéricos a integração dos dois conceitos. Raupp e Beuren (2009) ressaltam que a mensuração do ativo imobilizado a valor econômico pode proporcionar subsídios para decisões dos gestores.

As demonstrações contábeis do ano de 2008 das empresas de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), caracterizaram-se por serem as primeiras com a aplicação das normas internacionais, dentre elas o CPC 01. Diversos autores buscaram analisar os impactos que o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável produziram nos resultados de 2008 e como se procedeu a sua divulgação.

Ono, Rodrigues e Niyama (2010) analisaram 132 empresas de capital aberto que integravam a lista do segmento Novo Mercado e o índice IBrX-50 da BM&FBovespa em 2008, verificando que 16 companhias ajustaram o valor contábil de seus ativos a valor de mercado. Dessas empresas, 15 não apresentaram de forma satisfatória as informações requeridas no CPC 01, prejudicando dessa forma a evidenciação dos procedimentos que adotaram para a aplicação do teste de recuperabilidade. Já Souza, Borba e Zandonai (2011) investigaram as demonstrações e notas explicativas do exercício de 2008 em 52 empresas, observando que nenhuma das companhias cumpriu todas as exigências requeridas na norma da redução do valor recuperável de ativos quanto à divulgação de informações.

Em pesquisa realizada com os dados das demonstrações financeiras padronizadas de 2008 de 337 empresas de capital aberto da BM&FBovespa, Ponte *et al.* (2011) encontraram que das empresas estudadas, 226 informaram haver realizado o teste, mas, apenas 27 reconheceram perdas por desvalorização de ativos. Segregando as 337 empresas em empresas listadas no mercado tradicional e as listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa, os autores não confirmaram o pressuposto de que em função do maior compromisso com a transparência das demonstrações, as empresas do novo mercado deveriam cumprir integralmente as determinações do CPC.

Ainda analisando as informações contábeis do exercício de 2008, Santos (2012) objetivou mensurar e analisar o impacto de cada nova norma nos resultados das empresas listadas na BM&FBovespa. A redução ao valor recuperável de ativos provocou quedas expressivas nos lucros, reduzindo, de acordo com o autor, o lucro das empresas em média em 260%. A análise foi realizada nas empresas que registraram perdas nesse item, contribuindo para um melhor entendimento dos efeitos das normas.

Cerqueira *et al.* (2012) analisaram o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade no preço e no retorno das ações de empresas de capital aberto, utilizando o valor do *impairment*, para ativos tangíveis e intangíveis. Analisando os dados de 2009 e 2010, os autores concluem que a contabilização do *impairment* não foi percebida em sua totalidade pelos investidores brasileiros, pois não impactou no preço e retorno das ações.

Utilizando as notas explicativas das 106 companhias que estavam no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa em julho de 2010, Machado *et al.* (2013) analisaram o *disclosure* de informações sobre o teste de *impairment* e identificaram níveis superiores de *disclosure* em três das cinco categorias consideradas. Os resultados contrastam com os alcançados pelos autores Rodrigues e Niyama (2010), Souza, Borba e Zandonai (2011) e Ponte *et al.* (2011), que não encontram evidências de boas práticas de divulgações dos itens relacionados com a redução ao valor recuperável no ano de 2008. Uma explicação possível é que as empresas foram melhorando sua forma de divulgação.

Alguns estudos focaram em setores específicos, como o setor de energia elétrica e petrolífero. Souza, Borba e Borgert (2011) e Sales, Andrade e Ikuno (2012) estudaram as empresas do setor elétrico da BM&FBovespa, buscando investigar os reflexos da perda no valor recuperável nos indicadores econômicos e financeiros e as práticas de divulgação, respectivamente. Souza, Borba e Borgert (2011) demonstram que quanto maior a perda por *impairment* em relação ao resultado, maior o impacto desfavorável, reduzindo os indicadores de rentabilidade e aumentando os de endividamento. Em relação à liquidez, o reconhecimento da perda não impactou nesses indicadores. Já Sales, Andrade e Ikuno (2012) analisaram o grau de evidenciação nas 15 maiores empresas do setor de energia elétrica, identificando que há uma disparidade grande nas divulgações, existindo empresas que não divulgam informações nesse sentido e empresas cumprindo todos os requisitos de divulgação.

Santos, Santos e Silva (2011) analisaram as empresas petrolíferas (utilizaram uma amostra de 53 empresa petrolíferas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE) buscando confirmar ou refutar a hipótese de que as informações adicionais das atividades de exploração e produção apresentam capacidade preditiva relevante das perdas por desvalorização econômica dos ativos (*impairment*). Os autores identificaram seis variáveis com valor preditivo no reconhecimento de perdas por *impairment*, que, apresentaram grau de explicação de 46,7%, considerando nível de significância de 5%.

Em estudo no mesmo setor (petrolífero), Domingues e Godoy (2012) buscaram identificar como as variações no preço e nas reservas de petróleo se relacionam com as despesas de *impairment*. Os autores encontraram relação inversa da despesa com *impairment* com os valores de descobertas de novas reservas. Empresas que apresentam taxa constante de descobertas tendem a reconhecer menos *impairment*. Domingues e Godoy (2012) explicam que o aumento das reservas significa uma maior recuperabilidade dos ativos das empresas petrolíferas, ocasionando menores perdas.

Em relação ao setor público, Carvalho, Lima e Ferreira (2012) realizaram estudo comparando as normas aplicadas no reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado para o Setor Público. Comparando as Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) com a *International Public Sector Accounting Standard* (IPSAS) 17 - *Property, plant and equipment*, os autores constatam que, em alguns pontos, em especial nos aspectos relacionados ao ajuste de *impairment*, as normas brasileiras ainda são incipientes, necessitando agregar mais dispositivos que possam

auxiliar os profissionais contábeis no cumprimento dos procedimentos aplicados à redução ao valor recuperável.

3 METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento do trabalho é o indutivo, que, conforme Gil (2009, p. 86), “...procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”. O presente trabalho relata a implantação do CPC 01 em uma empresa, onde são realizadas as pesquisas para se obter conclusões aplicadas.

Para a classificação da presente pesquisa, são utilizados os critérios descritos por Cooper e Schindler (2003, p. 127 a 129): *o grau em que as questões de pesquisa foram cristalizadas*: é um Estudo formal; *o método de coleta de dados*: Interrogação/comunicação; *o poder do pesquisador de produzir efeitos nas variáveis que estão sendo estudadas*: *Ex post facto*; *o objetivo do estudo*: Descritivo; *a dimensão do tempo*: Transversal; *o escopo do tópico – amplitude e profundidade – do estudo*: Estudo de caso; e *o ambiente de pesquisa*: Ambiente de campo.

Os dados foram obtidos junto à empresa pesquisada, bem como por meio do escritório de contabilidade terceirizado que faz sua Contabilidade. As informações necessárias para a aplicação do CPC 01 compõem-se de: (i) informações do ativo imobilizado, como descrição, valor original, data de aquisição, depreciação acumulada; e (ii) as demonstrações contábeis. O Teste de Recuperabilidade foi realizado com base nos dados do Ativo Imobilizado do Exercício de 2012, mas, para os demais cálculos, foram utilizadas também Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Os valores de vendas necessários para o teste de recuperabilidade foram coletados por meio de pesquisa junto a sites, empresas especializadas, tabela FIPE, com os valores atuais de mercado para os respectivos anos de aquisições. No Quadro 1 estão demonstrados os locais pesquisados para a obtenção dos valores de venda dos bens da empresa.

NOME DA CONTA CONTÁBIL	LOCAL DE COLETA DOS VALORES
MOVEIS E UTENSILIOS	COMPUFIX / HENRY RELOGIO PONTO
EQUIPAMENTOS INDS E SERV.	EURO EQUIPAMENTOS
MOLDES	SOLOSOCKS
MAQUINAS INDUSTRIAL	RCR MAQS. E EQPTOS. / MAQUINAS INDL POLIKORTE
CAMINHÕES	TABELA FIPE
VEÍCULOS LEVES	TABELA FIPE
IMOVEIS INDUSTRIAIS	VIVA REAL PORTAL IMOBILIARIO
EMPILHADEIRA	PROMOV EMPILHADEIRA / AESA EMPILHADEIRA
TERRENOS	VIVA REAL PORTAL IMOBILIARIO

Quadro 1: Coleta dos Valores de Venda

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Para a obtenção dos valores de venda, optou-se preferencialmente por locais que disponibilizam a consulta de valores e são aceitos como fonte de consulta, como a Tabela FIPE, para os veículos. Em função dos bens da empresa serem específicos para a atividade de mesma, foi necessário consultar também diretamente em fornecedores especializados.

Para identificar o valor em uso dos ativos da empresa pesquisada, existe a necessidade do cálculo de um fluxo de caixa futuro, mas, como a empresa não elabora uma projeção de fluxo de caixa futuro, identificando a estimativa de quanto seus ativos

podem trazer de benefícios futuros, a projeção da receita e despesa para compor o fluxo de caixa futuro foi calculada com base na projeção linear da ferramenta Excel, adotando uma linha de tendência linear sobre os valores de receitas e despesas dos cinco anos anteriores.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O capítulo é desenvolvido demonstrando-se os dados da empresa, do seu ativo imobilizado, com a análise dos seus valores registrados contabilmente, os valores que se obteria com a venda dos itens componentes do imobilizado e a mensuração da previsão do valor do fluxo de caixa que os bens podem ter potencial para gerar para a entidade. Finaliza-se o capítulo 4 com a comparação dos valores e a investigação da necessidade ou não do registro de uma provisão para ajuste a valor recuperável.

4.1 Faturamento e Lucro da Empresa

A empresa analisada tem como sua atividade principal a fabricação de artefatos de cimento para uso na construção civil. Foram levantados os dados do faturamento da empresa dos anos de 2008 à 2012, conforme demonstrado na Tabela 1.

ANO	VALOR ANUAL DE FATURAMENTO	% CRESCIMENTO
2008	R\$ 2.312.954,93	-
2009	R\$ 5.391.758,58	133,11%
2010	R\$ 5.625.629,06	4,34%
2011	R\$ 10.564.356,77	87,79%
2012	R\$ 15.672.316,38	48,35%

Tabela 1: Faturamento da empresa no período de 2008 à 2012.

Fonte: Demonstrações de Resultado da Empresa (2013).

Conforme a Tabela 1, analisando o faturamento do ano de 2008 até 2012 houve um aumento de 577%, demonstrando que a empresa vem ano após ano aumentando o seu tamanho, mensurado pelo crescimento da receita.

Em cada ano que foram levantados os dados do faturamento, o mesmo mostrou-se em crescimento, sendo importante analisar o faturamento juntamente com lucro que a empresa obteve, conforme demonstrado na Tabela 2.

ANO DO LUCRO	LUCRO ANUAL - EM R\$	% CRESCIMENTO
2008	R\$ 80.825,62	-
2009	R\$ 1.478.496,97	1.729%
2010	R\$ 488.384,38	-67%
2011	R\$ 2.626.940,32	438%
2012	R\$ 4.015.708,37	53%
	R\$ 8.690.355,66	

Tabela 2: Lucro Anual da Empresa, no período de 2008 à 2012:

Fonte: Demonstrações Contábeis da Empresa (2013).

Conforme a Tabela 2, a empresa fechou o ano de 2012 com um saldo positivo de R\$ 4.015.708,37, sendo o maior lucro alcançado pela companhia no período analisado. Somando os 5 anos do lucro do exercício, a empresa registrou um lucro de R\$ 8.690.355,66.

4.2 Ativo Imobilizado

Objetivando demonstrar como se compõem o ativo imobilizado, objeto do Teste de Recuperabilidade, foram levantados os ativos imobilizados da empresa, referente ao Balanço Patrimonial do ano de 2012, conforme a Tabela 3.

CLASSIFICAÇÃO CONTABIL	% DE DEPREC.	VALOR DA AQUISIÇÃO – R\$	DEPREC. ACUMUL. – R\$	VLR RESIDUAL – R\$
001 - MOVEIS E UTENSILIOS	10%	12.234,87	(5.443,05)	6.791,82
002 - EQUIPTOS INDS E SERV.	10%	513.120,82	(335.231,80)	177.889,02
004 – MOLDES	10%	196.710,03	(28.779,56)	167.930,47
005 - MAQUINAS INDUSTRIAIS	10%	1.425.640,82	(279.867,45)	1.145.773,37
020 – CAMINHÕES	10%	1.803.119,80	(321.701,11)	1.481.418,69
021 - VEÍCULOS LEVES	10%	396.669,54	(52.598,50)	344.071,04
022 - IMOVEIS INDUSTRIAIS	4%	59.665,23	(6.705,51)	52.959,72
023 – EMPILHADEIRA	10%	385.307,71	(109.511,87)	275.795,84
031 – TERRENOS	----	167.802,62	0,00	167.802,62
SALDO CONTÁBIL		4.960.271,44	(1.139.838,85)	3.820.432,59

Tabela 3: Ativos Imobilizados da empresa

Fonte: Balanço Patrimonial (2013).

Pode-se perceber que no Ativo Imobilizado a maioria dos ativos tem uma depreciação anual de 10%, somente Móveis Industriais com uma depreciação de 4%. Por ser uma empresa que fabrica pré-moldados, os principais itens componentes do ativo imobilizado são as máquinas industriais e os equipamentos necessários para a atividade. Aparece também com item relevante no ativo imobilizado os caminhões, responsáveis pelas entregas dos produtos produzidos, conforme descrito na Tabela 3.

4.3 Valor de Venda dos Ativos Imobilizados

A Tabela 4 apresenta o total dos valores de venda para os bens da companhia.

CLASSIFICAÇÃO CONTABIL	VALOR DA AQUISIÇÃO	DEPREC. ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	VALOR DE VENDA
001 - MOVEIS E UTENSILIOS	12.234,87	(5.443,05)	6.791,82	2.574,00
002 - EQPTOS INDS E SERV.	513.120,82	(335.231,80)	177.889,02	184.780,56
004 - MOLDES	196.710,03	(28.779,56)	167.930,47	15.010,56
005 - MAQUINAS INDUSTRIAIS	1.425.640,82	(279.867,45)	1.145.773,37	632.324,12
020 - CAMINHÕES	1.803.119,80	(321.701,11)	1.481.418,69	1.757.713,00
021 - VEÍCULOS LEVES	396.669,54	(52.598,50)	344.071,04	306.368,00
022 - IMOVEIS INDUSTRIAIS	59.665,23	(6.705,51)	52.959,72	100.000,00
023 - EMPILHADEIRA	385.307,71	(109.511,87)	275.795,84	392.600,00
031 - TERRENOS	167.802,62	---	167.802,62	190.000,00
TOTAL	4.960.271,44	(1.139.838,85)	3.820.432,59	3.581.370,24

Tabela 4: Valor de Venda dos Ativos Imobilizados.

Fonte: pesquisa realizada pelos autores (2013).

Os valores dos bens foram pesquisados em seu estado atual, ou seja, nas condições que os mesmos se encontram na empresa. A Tabela 4 apresenta o levantamento dos valores de venda dos bens da companhia, comparativamente com o valor residual, registrado no Balanço Patrimonial da companhia em 31/12/2012. Como análise geral, percebe-se que o valor de venda é inferior ao valor residual em

R\$ 239.062,35, ou em percentual, 6,25%.

4.4 Valor em Uso

O valor em uso de um ativo, conforme o CPC 01, item 6, corresponde “ao valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa”. A Tabela 5 demonstra os valores de receitas e despesas dos cinco anos anteriores, iniciando em 2008 e finalizando em 2012.

Anos	Receitas	Despesas
2008	R\$ 2.053.326,41	R\$ 1.972.500,79
2009	R\$ 4.647.942,12	R\$ 3.169.445,15
2010	R\$ 4.574.060,22	R\$ 4.085.675,84
2011	R\$ 8.664.384,91	R\$ 6.037.444,59
2012	R\$ 12.722.264,62	R\$ 8.706.556,25
Total	R\$ 32.661.978,28	R\$ 23.971.622,62

Tabela 5 – Receitas e Despesas de 2008 a 2012
 Fonte: Demonstrações de Resultado da empresa analisada (2013).

De acordo com o CPC 01, item 33-(b), em relação ao horizonte de previsões, o mesmo recomenda que as projeções baseadas nessas previsões ou orçamentos devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo. O CPC 01 indica que nas projeções em períodos superiores a cinco anos, o fator incerteza prejudica o cenário e os resultados estimados. Na sequência, no Gráfico 1, são demonstrados os valores da receita projetados com base na tendência linear, para os próximos cinco anos.

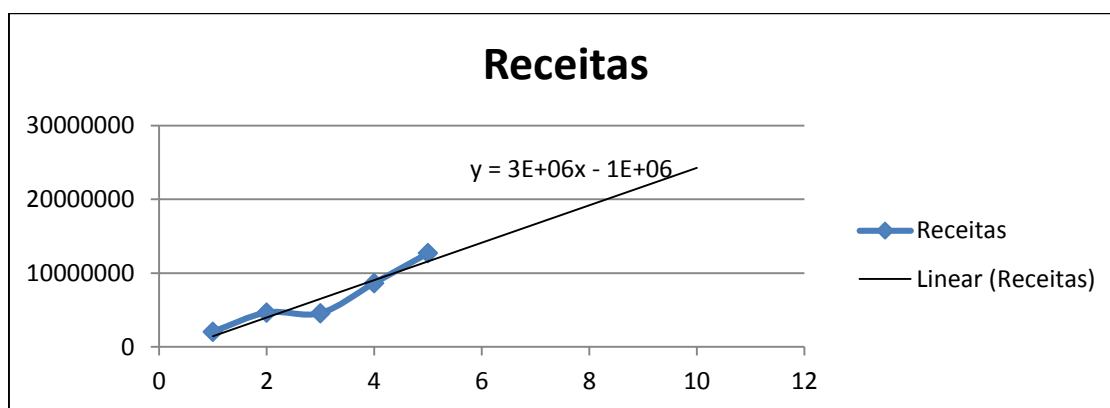


Gráfico 1: Projeção da Receita

Fonte: Os autores (2013).

Os valores da despesa também foram projetados com base na tendência linear, para os próximos cinco anos. Adicionalmente à projeção da tendência linear, buscou-se projetar as receitas e despesas com base na média do crescimento dos cinco anos anteriores. A empresa apresentou um crescimento médio de 57,77% para as suas receitas anuais, e 44,95% em suas despesas anuais (calculados pela média geométrica). Utilizando-se esses percentuais, sobre as receitas e despesas do final do período de 2012, projeta-se um fluxo de caixa com valores altíssimos para os próximos cinco anos, com o lucro chegando a R\$ 68 milhões em 2017.

O crescimento apresentado nos cinco anos anteriores (por exemplo, 57,77% na receita), deve-se muito ao fato de corresponder ao período de abertura da empresa,

com muitos investimentos para alavancar a sua produção, faturamento e lucro. Não existe expectativa, por parte da empresa, de sustentar o crescimento médio anterior, muito acelerado, pois irá esbarrar na capacidade física instalada, impossibilitando esse crescimento. Deste modo, optou-se para o presente trabalho por utilizar do crescimento linear.

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017
Receita	14.138.691,42	16.674.123,34	19.209.555,26	21.744.987,18	24.280.419,10
Despesa	9.695.157,63	11.328.768,67	12.962.379,70	14.595.990,74	16.229.601,78
Lucro	4.443.533,79	5.345.354,67	6.247.175,56	7.148.996,44	8.050.817,33

Tabela 6: Projeção do Lucro para 5 Anos.
Fonte: Os autores (2013).

4.4.1 Taxa de Desconto

Um dos itens mais importantes para a determinação do valor em uso é a taxa de desconto, que, de acordo com o CPC 01, item 55, deve ser a taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado em relação ao valor do dinheiro no tempo; e dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros são realizadas.

A taxa de desconto serve para colocar ao valor presente os fluxos de caixas estimados, pois o que o ativo gera de benefícios ao longo dos próximos cinco anos, pode-se com o decorrer do tempo representar menos valor, pelos efeitos da inflação, economia, aumentos de preços e custos, etc. Para o presente trabalho, buscou-se descontar o fluxo de caixa utilizando-se da inflação e da taxa SELIC média dos últimos cinco anos, conforme a Tabela 7.

Anos	Inflação	SELIC
2008	5,90%	13,65%
2009	4,31%	8,65%
2010	5,91%	10,66%
2011	6,50%	10,90%
2012	5,84%	7,14%
Média	5,69%	10,20%

Tabela 7: Inflação e Taxa Selic
Fonte: IBGE – IPCA (2013) e BACEN (2013).

4.4.2 Fluxo de Caixa Descontado

A Tabela 8 apresenta os valores do Fluxo de Caixa Projetado, descontados pela média da inflação e da taxa SELIC dos cinco anos anteriores.

Descrição	2013	2104	2015	2016	2017	Total
Inflação						
Lucro	4.443.533,79	5.345.354,67	6.247.175,56	7.148.996,44	8.050.817,33	31.235.877,79
Taxa de Desconto	5,6920%					
Fator de Desconto	1,05692	1,117079886	1,180664074	1,247867473	1,318896089	

Valor Presente	4.204.229,07	4.785.114,06	5.291.238,80	5.728.970,90	6.104.208,96	26.113.761,80
SELIC						
Lucro	4.443.533,79	5.345.354,67	6.247.175,56	7.148.996,44	8.050.817,33	31.235.877,79
Taxa de Desconto	10,20%					
Fator de Desconto	1,1020	1,214404	1,3382732	1,4747770	1,6252043	
Valor Presente	4.032.244,82	4.401.628,02	4.668.086,84	4.847.509,88	4.953.726,21	22.903.195,77

Tabela 8: Fluxo de Caixa Descontado

Fonte: Os autores (2013).

Utilizando-se da taxa SELIC, o valor presente dos fluxos de caixa futuros é de R\$ 22.903.195,77, menor que o calculado pela taxa média da inflação, que foi de R\$ 26.113.761,80, em decorrência da taxa média da SELIC ser superior a Inflação do período. Desta forma, para o cálculo da recuperabilidade dos ativos, será utilizado os valores obtidos com o fluxo de caixa descontado pela taxa SELIC, que aproxima-se mais aos valores que os proprietários/sócios/acionistas receberiam se aplicassem seu lucro no mercado financeiro.

4.5 Teste de Recuperabilidade

Valor Contábil Líquido é o valor próprio dos recursos de uma empresa, é o que aparece de valor no ativo do balanço, líquido de todas as subtrações que possa haver.

Esse valor é comparado com o valor recuperável, que é o maior valor entre o valor de venda e o valor de uso. O Valor Contábil da empresa apresentou o montante de R\$ 3.820.432,59, que, comparado com o Valor Recuperável de R\$ 22.903.195,77 (maior valor entre o Valor de Venda e o Valor em Uso), demonstra que não é necessário a contabilização de uma provisão para perda com recuperabilidade. Caso fosse ao contrário, haveria a necessidade de se fazer a contabilização, sendo uma perda no resultado.

4.6 Análise da Aplicação do CPC 01

A aplicação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos em uma empresa de pequeno e médio porte apresenta algumas dificuldades pela própria estrutura contábil dessas entidades. Essas empresas podem não dispor de uma contabilidade própria, ou seja, utilizam-se de serviços terceirizados para seus registros contábeis, elaboração de demonstrações e recolhimentos de tributos. Caso o escritório contábil terceirizado priorize o atendimento ao fisco em detrimento aos interesses da empresa, ou seja, não priorize a contabilização e elaboração de demonstrações que reflitam a realidade contábil e econômica da empresa.

Outra dificuldade que pode ser reportada em relação aos cálculos do presente trabalho é a falta de acesso ao ambiente da empresa, o que impossibilita uma análise mais acurada sobre os bens, sobre a estrutura e o gerenciamento da empresa. A falta de acesso não permite analisar se a empresa tem mais de uma Unidade Geradora de Caixa, ou seja, se é possível segregar suas atividades em linhas de produção distintas.

Em relação à obtenção dos valores de venda dos bens do ativo imobilizado, uma dificuldade encontrada é conseguir os mesmos para todos os bens da companhia. Existem bens nas empresas que podem não ter similares, por serem muito antigos, ou ainda por estarem em condições que impossibilitem sua venda. Uma possível solução é focar nos ativos que fazem parte da operação da empresa, desconsiderando aqueles que possuem um valor menor, que até tem uma quantidade

relevante, mas, em valores representam pouco dentro do ativo imobilizado.

No cálculo do Valor em Uso, o componente principal é a projeção do fluxo de caixa da companhia. Pequenas e médias empresas podem não ter um planejamento, e dentro do mesmo, a projeção dos seus resultados para um período a frente. Na empresa pesquisada, não havia a projeção dos fluxos de caixa, o que requereu uma projeção com base nos valores históricos. A melhor opção para o cálculo do Valor em Uso é a projeção por parte da empresa, com projeções realistas, que permitam uma boa estimativa dos ganhos futuros. O contador pode auxiliar a empresa na elaboração da projeção, obtendo a melhor estimativa possível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como o objetivo geral a aplicação do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos em uma indústria de pré-moldados, analisando as dificuldades para a sua implantação. O CPC 01 foi aplicado utilizando os dados do balanço, balancete, demonstração do resultado do exercício dos anos de 2008 a 2012, para que possa ser calculado o Valor Contábil; Valor Residual; Valor de Venda; e o Fluxo de Caixa.

Após a realização do Teste de Recuperabilidade, os valores levantados demonstraram que não há a necessidade da contabilização de uma perda. Os resultados evidenciaram um Valor Residual de R\$ 3.820.432,59, que, comparado com o Valor Recuperável de R\$ 22.903.195,77 (valor em uso), demonstram que a empresa não apresentou perda no teste.

As principais dificuldades que podem ser relacionadas na aplicação do CPC 01 são: (i) Contabilidade terceirizada, o que dificulta os cálculos pois o Contador não está presente no dia-a-dia da empresa e pode ter uma visão voltada para o atendimento ao fisco; (ii) necessidade do Contador ter acesso aos bens e entender o processo da empresa, detectando por exemplo mais de uma Unidade Geradora de Caixa na empresa; (iii) dificuldade na obtenção do valor de venda dos bens, por não ter similar e por estarem em condições que inviabilizam a sua venda; e (iv) para o cálculo do Valor em Uso é necessário que a empresa tenha projeções dos seus resultados, o que, se a empresa não tiver, dificulta uma projeção mais realista por parte do Contador. Os itens relacionados também podem ser citados como limitantes aos cálculos realizados no presente trabalho.

Para novas pesquisas, pode-se sugerir que os cálculos e análises sejam efetuados em mais de 1 ano de demonstrações, o que proporcionará uma melhor assertividade em relação a necessidade ou não da contabilização da perda pela recuperabilidade. Sugere-se também para que outros pesquisadores utilizem a metodologia em outras empresas, inclusive outros segmentos de negócios.

6 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rafael de Moura Fé; LIMA, Diana Vaz de; FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes. Processo de Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado no Setor Público Face aos Padrões Contábeis Internacionais: Um Estudo de Caso na Anatel. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, V. 8, N. 3. Jul-set/2012.

CERQUEIRA, Augusto Camargo *et al.* O Impacto do Reconhecimento do Custo Atribuído e da Divulgação de *Impairment* de Ativos Tangíveis e Intangíveis (IFRS) Sobre os Preços e os Retornos das Ações das Companhias Brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis**

da UERJ. Rio de Janeiro, V.17, N.3. Set-Dez/2012.

CPC – Comitê Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: WWW.CPC.ORG.BR.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7 ed. Porto Alegre, Atlas, 2003.

Ernst & Young; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DOMINGUES, João Carlos de Aguiar; GODOY, Carlos Roberto. Redução ao Valor Recuperável de Ativos: um Estudo nas Empresas do Setor Petrolífero Mundial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, V. 6, N. 4. Out-dez/2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* Manual de Contabilidade de Societária. São Paulo: Atlas 2010.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Pronunciamentos Contábeis na Prática**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACHADO, Esmael Almeida *et al.* Evidências de *Disclosure* de Valor Recuperável de Ativos em Firms Listadas no Mercado Acionário Brasileiro. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, V. 9, N. 1. Jan-Mar/2013.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas 2010

ONO, Heverton Masaru; RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi. Disclosure sobre Impairment: Uma Análise Comparativa das Companhias Abertas Brasileiras em 2008. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro, V.15, N.1. Jan-Abr/2010.

PONTE, Vera Maria Rodrigues *et al.* Práticas de Divulgação do Teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos pelas Companhias Abertas Listadas na BM&FBovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, V. 22, N. 4. Out-dez/2011.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Contribuição ao Processo de Mensuração de Ativos Imobilizados por Meio do *Fair Value* e do *Impairment Test*. **Revista de Informação Contábil**. Vol. 3, n.2. Abr-Jun/2009.

REIMANN, Liziê Brand; SCHMIDT, Paulo. Teste de *Impairment* do *Goodwill* Adquirido em uma Combinação de Negócios. **Revista ConTexto**. v.10, n. 18. 2º semestre de 2010.

SALES, Isabel Cristina Henrique; ANDRADE, Luiz Felipe Figueiredo de; IKUNO, Luciano Miyuki. *Impairment* e o Setor de Energia Elétrica: Característica da Evidenciação Contábil. **Revista Ambiente Contábil**. Natal, V.4, N.1. Jan-Jun/2012.

SANTOS, Edilene Santana. Análise dos Impactos dos CPCs da Primeira Fase de Transição para o IFRS no Brasil: um Exame dos Ajustes aos Resultados nas DFPs de 2008. **Revista de Contabilidade e Organizações**. V. 6, N. 15. 2012.

SANTOS, José Luiz; MACHADO, Nilson Perinazzo; SCHMIDT, Paulo. Teste de *Impairment* para Ativos de Longa Duração: Tratamento Contábil de Acordo com o SFAS nº 144. **Revista ConTexto**. Porto Alegre, v.3, n.5, 2a semestre de 2003.

SANTOS, Odilanei Moraes; SANTOS, Ariovaldo dos; SILVA, Paula Danyelle Almeida. Reconhecimento de Perdas para Redução ao Valor Recuperável de Ativos: *Impairment* em Ativos de Exploração e Produção de Petróleo. **Brazilian Business Review**. Vitória, V. 8, N. 2. Abr-Jun/2011.

SOUZA, Máira Melo de; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. Perda no Valor Recuperável de Ativos: Uma Análise dos Reflexos nos Indicadores Econômicos e Financeiros no Setor Elétrico Brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro, V. 16, N. 1. Jan-Abr/2011.

SOUZA, Máira Melo de; BORBA, José Alonso; ZANDONAI, Fabiana. Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, V.22, N.2. Abr-Jun/2011.

Guilherme Augusto Romero, Guilherme Teodoro Garbrecht, Thiago Miknas, Rafael Luiz Santos

YAMAMOTO, Mitiyo Marina, PACCEZ João Domiraci, MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Fundamentos da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Saraíva 2011.

ZANDONAI, Fabiana; BORBA, José Alonso. O que dizem os achados das pesquisas empíricas sobre o teste de *impairment*: uma análise dos *Journals* em língua inglesa. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília. v.12, n.1. jan./abr., 2009.